

Gênero e sexualidade: percepções sobre violência e seus sinônimos em um curso de licenciatura

Gender and sexuality: perceptions about violence and its synonyms in a licenciature course

Mariana da Silva Eduardo¹
Ligia Ajaime Azzalis²
Anderson da Silva Rosa³
Fernando Luiz Affonso Fonseca⁴

Resumo: Pensando no desenvolvimento de profissionais aptos (as) a lidarem com situações de conflito e violência de gênero no contexto escolar e com um público além da cisheteronormatividade, o objetivo deste trabalho foi conhecer percepções e ações de estudantes de licenciatura frente a situações de violência de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Os (As) participantes da pesquisa foram estudantes de licenciatura de uma universidade pública, cursando ou que já tivessem cursado a disciplina Gênero e Sexualidade. O método se baseou no quadro combinado de Dantas para a análise das percepções e das estratégias propostas por estudantes para o enfrentamento de situações de violência no contexto escolar por meio da aplicação de uma dinâmica. Os resultados apontam que as percepções são constituídas por mediações múltiplas e, em sua maioria, individuais com fatores de ordem pessoal e coletiva e as ações de enfrentamento com enfoque nas questões pedagógicas com encaminhamentos que se direcionam ao coletivo e em conformidade com o referencial teórico. Embora não haja unanimidade na descrição, por parte dos (as) estudantes, das situações como atos de violência, esses (as) reconhecem como parte do seu papel, como educadores (as), o acolhimento, o estabelecimento de diálogos e ações formadoras, não silenciando as situações de preconceito e demonstrando capacidade de interferir nas dinâmicas de poder instituídas pelas situações elaboradas.

¹ Graduada em Ciências – Licenciatura da Universidade Federal de São Paulo – campus Diadema

² Professora associada e orientadora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PECMA) da Universidade Federal de São Paulo - campus Diadema. E-mail: lazzalis@uol.com.br

³ Pesquisador e orientador do Programa de Pós-Graduação em Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina/Universidade Federal de São Paulo. <https://orcid.org/0000-0003-4683-3107>. E-mail anderson.rosa@unifesp.br

⁴ Professor Adjunto IV da Universidade Federal de São Paulo - campus Diadema. <https://orcid.org/0000-0003-1223-1589> E-mail: profferfonseca@gmail.com.

Recebido em: 20/06/2023

Aprovado em: 18/09/2023

Sistema de Avaliação: Double Blind Review



Palavras-Chave: Educação. Formação de professores. Gênero e sexualidade. Violência.

Abstract: Thinking about the development of professionals capable of dealing with situations of conflict and gender violence in the school context and with an audience beyond cisheteronormativity, the objective of this work was to understand the perceptions and actions of undergraduate students in situations of violence of gender and sexuality in the school environment. The research participants were undergraduate students at a public university, studying or who had already studied the Gender and Sexuality discipline. The method was based on Dantas' combined framework for analyzing the perceptions and strategies proposed by students for coping with situations of violence in the school context through the application of a dynamic. The results indicate that perceptions are constituted by multiple and, for the most part, individual mediations with personal and collective factors and coping actions focusing on pedagogical issues with directions that are directed to the collective and in accordance with the theoretical framework. Although there is no unanimity in the description, on the part of the students, of situations as acts of violence, they recognize as part of their role, as educators, the reception, the establishment of dialogues and training actions, not silencing situations of prejudice and demonstrating the ability to interfere in the power dynamics established by the situations created.

Keywords: Education. Teacher's training. Gender and sexuality.

Introdução

A pesquisa nacional sobre o ambiente escolar, edição 2015⁵, trouxe as experiências de adolescentes mostrando que 60,2% dos (as) estudantes afirmaram se sentir inseguros (as) em sua instituição educacional por sua orientação sexual e 42,8% se sentiam inseguros (as) por causa da maneira como expressavam o gênero (REIS, HARRAD, KOSCIE, 2016). A homofobia, a transfobia e o machismo são reproduzidos em diferentes ambientes, incluindo dentro das escolas brasileiras. O preconceito contra pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexos e outras identidades de gênero e orientação sexual) não é uma exceção.

Reis, Harrad e Koscie (2016) apontaram a necessidade de uma formação inicial que mencione as diversidades sexuais, formando profissionais capazes de acolher estudantes LGBTQIA+. Esse conteúdo é entendido como componente necessário para compreensão das

Disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

⁵ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 04 junho 2021.

relações de poder e impactos os quais estão interseccionados às questões de gênero e sexualidade.

O debate sobre gênero, na educação brasileira, é relativamente recente, tendo como marco a própria constituição de 1988 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) em 1996. A instituição escolar reproduz, em sua trajetória, a tendência conservadora da própria sociedade brasileira, que historicamente não incluía no ambiente escolar o debate sobre gênero, tanto em reflexões sobre a desigualdade, quanto da própria constituição histórica do ser homem ou mulher (LOURO, 2008)

Mais recentemente, o debate sobre gênero foi novamente visto com a elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de 2017, cuja versão final novamente retirou qualquer termo referente a gênero e educação sexual. Ainda que a legislação brasileira não proíba o debate sobre gênero e sexualidade, percebe-se a tendência de manutenção de um aporte legal vago e pouco esclarecedor sobre essas temáticas (LIMA; HYPOLITO, 2019).

Especialmente, a partir de 2014, foi perceptível a tendência mundial do crescimento dos movimentos neoconservadores, com especial reflexo sobre questões como diversidade sexual e identidade de gênero. Movimentos como o “Escola sem Partido” e campanhas contra a chamada “ideologia de gênero” influenciaram profundas modificações nos documentos legais em debate nesse período, em especial a BNCC foi fortemente impactada (LIMA; HYPOLITO, 2019).

Convive-se com um modelo patriarcal de dominação, construído historicamente e justificado por instituições como a igreja, a família e o Estado. Tal modelo de dominação está de tal forma arraigado nas concepções e formações dos seres humanos, que reproduz os valores aprendidos, muitas vezes, de forma inconsciente (BOURDIEU, 2011).

Tal premissa baseia-se na percepção da violência. A violência é um instrumento do poder. No momento em que algum desequilíbrio altera o ritmo das relações de poder, a violência aparece como instrumento de sua manutenção ou reestruturação (ARENDRT, 2018).

Conceitos fundamentais sobre Gênero e Sexualidade

Embora seja pauta constante de discussões, pois incorpora novos arranjos, neste artigo, será adotada a sigla LGBTQIA+ para referir-se às pessoas de sexualidade e gêneros considerados não hegemônicos. É importante frisar que a sigla engloba tanto orientações

sexuais, a citar lésbicas, gays, bissexuais e assexuais, quanto identidades de gênero – transgêneros, travestis, mulheres e homens trans.

Para elucidar identidade de gênero, é importante a sua compreensão enquanto conceito que busca distância do determinismo biológico que está oculto no uso de termos como “sexo ou diferença sexual”, sendo o “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72 *apud* LOURO, 1997, p. 21). Assim, considera-se identidade de gênero a “experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo” (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 10).

Termos como cisgeneridade e transgeneridade referem-se à identidade de gênero, respectivamente, de corpos que se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento; e corpos que se identificam com um gênero distinto do imposto ao seu nascimento e/ou corpos questionadores das definições dicotômicas de gênero (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

O sexo biológico baseado em características biológicas que a pessoa tem ao nascer (incluindo cromossomos, composição hormonal e genitália), não define expressões de gênero ou identidade de gênero e se mostra mais complexo do que a dicotomia proposta por “sexo masculino” e “sexo feminino”, já que se trata também da intersexualidade.

Relações afetivas, sexuais e sociais dos (as) jovens são ordenadas por um sistema de significados, “dado pela cultura, e, portanto, determinadas por padrões de gênero, diferenças de ordem socioeconômica e especificidades regionais” (CONNELL, 2016). Por fim, gênero é um marcador social com o qual se constroem atitudes, expectativas e comportamentos em consonância ou não com as referências de determinada sociedade e em um período histórico específico (XXXXX, 2019).

Violência de gênero, escola e relações de poder: sinônimos e associações

A violência de gênero está associada ao sexismo, homofobia e transfobia. Historicamente esteve mais associada à violência doméstica e contra a mulher, no qual se estabeleceu relação entre vítima e agressor aos papéis de gênero, respectivamente feminino e masculino (VON SMIGAY, 2002). Dados da Organização Mundial de Saúde apontam que cerca de 90% dos atos de violência que resultam em morte são praticados por homens. Enquanto mulheres jovens correm maior risco de tornarem-se vítimas em relacionamentos heterossexuais

com agressões e mortes por parceiro íntimo (WHO, 2015). A situação é ainda mais preocupante quando se analisa o Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais que mostra o Brasil como o país que ocupa a primeira posição mundial neste triste ranking. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) ainda denuncia a ausência extrema de dados governamentais sobre a população LGBTQIA+, sejam dados populacionais ou específicos sobre acesso à saúde e os impactos da violência, sobre como a COVID-19 atingiu essa população, entre outros (BENEVIDES, 2022).

Contudo, não se espera que o termo violência de gênero reduza as definições de sexismo, homofobia, transfobia, machismo ou gere algum equívoco entre gênero e sexualidade. Porém, leve-as em consideração como um todo, já que, como afirma Butler, torna-se "crucial manter um aparato teórico que considere o modo como a sexualidade é regulada através do policiamento e da censura do gênero" (*apud* LOURO, 1997, p. 29) e que "o machismo é o ponto de partida para as violências de gênero e por orientação sexual" (DANTAS, 2018, p. 17).

A escola é um *locus* para as questões de gênero e sexualidade serem exploradas, pois essas constituem o sujeito, são inerentes a ele. A escola e outras instituições aqui não mencionadas, estão marcadas pelo gênero. Cabe também o entendimento do espaço escolar como um local de produção das diferenças, pois entende-se a escola como ambiente que, além de transmitir e produzir conhecimentos, "também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe" (LOURO, 1997, p. 85).

A relação aqui proposta entre escola, gênero, sexualidade, que pode se manifestar enquanto violência, está mais focada no papel do (a) professor (a) frente a essas situações. Quando Louro (1997) demarca a importância de escutar o que não é dito, o que é silenciado dentro da escola e perceber quem são os sujeitos não mencionados, pois o silêncio é garantia da norma, implica em reconhecer a dinâmica de poder e a manutenção das diferenças. Quando aqueles que constroem o espaço escolar estão cientes dessas estruturas produtoras de desigualdade, eles devem manter-se questionadores e vigilantes, buscando problematizar a conformidade com a "norma", o que implicaria "disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder" (Ibidem, p. 86).

Representações sociais e mediação

Na perspectiva psicossociológica, há uma sociedade em que indivíduos pensam, não isoladamente, mas compartilham informações que possuem sobre determinado assunto, e não

são meros espectadores ou detentores de ideologias e crenças coletivas, mas sujeitos ativos, em que, por meio das interações sociais, produzem e transmitem suas próprias representações e soluções específicas para questões que eles fazem a si mesmos (MOSCOVICI, 2015). A Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici corresponde a uma ação do pensamento pela qual a pessoa se relaciona com um objeto, mas, modelados por um universo cognitivo e simbólico preexistente. Ou seja, nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem, religião ou cultura (MOSCOVICI, 2015).

Dantas (2018) quando define representações sociais, diz que “são, portanto, formas de conhecimento, socialmente elaboradas e partilhadas”, sendo nossa compreensão da realidade construída pelas “experiências individuais, ressignificadas na sua interação com esta realidade” (p. 102-103).

As mediações “podem ser compreendidas como sendo um conjunto de fatores que estruturam, organizam e reorganizam a percepção e a apropriação da realidade social, por parte do receptor” (SANTOS, NASCIMENTO, 2000, p.5).

Com a noção de representações sociais e a intenção de explorar as percepções de estudantes do curso de licenciatura, surge a necessidade de compreensão do conceito de mediação, porque são elas que, “em suas variadas formas, geram as representações sociais” (JOVCHELIVITCH, GUARESCHI, 1995, p. 81).

A mediação pode ser aqui entendida como aquela que compreende interseções entre política, cultura e comunicação, relacionadas a ressignificação produzida pelos receptores (BASTOS, 2008). A mediação trata-se da “conversão de uma realidade em outra pelos sujeitos” (ARAÚJO, 2004, p. 174).

Entendendo a complexidade envolvida em compreender as mediações por se tratar de um processo de ressignificação e esse processo ser influenciado de diversas fontes e contextos, Orozco apresenta o modelo das múltiplas mediações como instrumento que amplia o conceito das mediações (2006).

Signates (2012) afirma que, para Orozco, as mediações são processos providos de “ações concretas ou que intervêm no processo de recepção”, que se manifestam, se apresentam

em ações e discursos. Entre os tipos de mediações propostos, nos atentaremos a mediação individual, contextual, institucional e de referência.

A mediação individual está relacionada à individualidade dos sujeitos sociais, na produção de sentidos; a mediação institucional se refere às diversas instituições nas quais os indivíduos participam, como família, escola, trabalho; a mediação contextual está relacionada com as características que fazem parte de um contexto determinado, como idade, sexo, ocupação; a de referência está relacionada à idade, etnia, gênero e a outras variáveis. As mediações individuais (e as de referência) são compreendidas no contexto existencial, relacionadas ao posicionamento dos sujeitos no mundo. Estão relacionadas ao gênero, idade, particularidades da história do indivíduo etc (DANTAS, 2018, p. 123).

Acerca dos fatores de mediação, para Araújo (2004) há um vínculo entre a ideia de capital simbólico e sua importância, pois, são esses fatores capazes de alterar as posições de interlocução. São apontadas pela autora categorias de fatores de mediação, mediação pessoal, grupal, coletiva ou organizacional, material ou simbólica.

Pensando no desenvolvimento de professores (as) aptos (as) a lidarem com situações de conflito de violência de gênero e de orientação sexual no contexto escolar e preparados (as) para lidarem com um público além da cisheteronormatividade, o curso de Ciências - Licenciatura oferece uma disciplina de Gênero e Sexualidade. A disciplina é obrigatória para todos (as) os (as) graduandos (as), independente da licenciatura escolhida, Biologia, Física, Matemática ou Química. O objetivo da disciplina é oferecer aos (às) estudantes do curso de Ciências – Licenciatura um espaço para reflexões críticas sobre a temática gênero e sexualidade no contexto escolar. Durante o desenvolvimento da disciplina, ocorre a discussão sobre os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, reflexões sobre o histórico da educação em sexualidade no Brasil e sobre o papel dos (as) professores (as) da educação básica no enfrentamento do *bullying*.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi conhecer as percepções e ações de estudantes de licenciatura que cursaram a disciplina Gênero e Sexualidade, do curso de Ciências, de uma instituição pública, frente a situações de violência de gênero e de orientação sexual no ambiente escolar.

Método

Trata-se de um estudo que utilizou o método combinado de Dantas (2018) para a análise das percepções e das estratégias propostas por estudantes para o enfrentamento de situações de violência no contexto escolar por meio da aplicação de uma dinâmica.

Participaram do estudo quatro estudantes do curso de licenciatura de uma Universidade Pública de São Paulo e que cursaram a disciplina Gênero e Sexualidade. O único critério de inclusão foi a participação na referida disciplina. Desde 2019, a disciplina é obrigatória no curso de Ciências – Licenciatura, tendo sido oferecida para cerca de 100 estudantes.

A dinâmica organizada para a coleta de dados ocorreu na plataforma digital de videoconferências *Google Meet*. Foram elaboradas quatro situações-problema, baseadas em vivências pessoais e nos casos apontados em Paraná (2015). As situações preparadas foram:

SITUAÇÃO 1: Alice é aluna do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Júlio Prestes. Ela e Aila namoram há dois meses, mas apenas amigos íntimos das duas sabem do namoro. Os pais das meninas, não. Rodrigo, também estudante do 2º ano, se diz apaixonado por Aila e viu as duas meninas se beijando. O rapaz tirou uma foto e divulgou no grupo do colégio, transformando a foto em viral. Muitas pessoas as atacaram de maneira preconceituosa, dizendo que elas não poderiam expor sua intimidade desta maneira. Na mesma turma, o casal Arthur e Maria se beijam frequentemente e muitos colegas torcem pelo casal.

SITUAÇÃO 2: Gabriel é estudante do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual João Nery e solicitou o uso do seu nome social durante a matrícula. O garoto foi acolhido pelos colegas de turma, porém um professor se recusa a chamá-lo pelo nome disposto na lista de chamada. O professor também afirmou que não aceitaria ver o jovem no banheiro masculino da escola.

SITUAÇÃO 3: Leila é estudante de um curso técnico de informática. Na sala em que estuda, têm 30 alunos e apenas 6 deles são meninas. Ela é uma ótima aluna, e, na entrega de um trabalho, foi plagiada por um dos seus colegas. Embora tivesse todas as provas de que o trabalho original era seu, os outros meninos da sala continuaram afirmando que a garota estava tentando “ferrar” seu amigo, que lugar de mulher não é na área de Tecnologia da Informação e ela devia estar fazendo nutrição (outro curso técnico oferecido pela instituição onde estudam).

SITUAÇÃO 4: Na turma da manhã do 1º ano do Ensino Médio de uma escola da Rede Pública Estadual, na última segunda-feira, várias meninas faltaram à escola. Os professores, surpresos com as ausências, questionaram os alunos sobre a situação e ninguém se pronunciou. Durante a tarde, a secretária recebeu a visita de alguns pais que questionavam o motivo de suas filhas não quererem ir à escola. Clara, uma das meninas do 2º ano, procurou a professora de Biologia, porque não sabia o que fazer: sua amiga, Giovanna do 1º ano, havia sido citada

numa espécie de “classificação” com conteúdo sexual realizada por um grupo de meninos, o que gerou um grande constrangimento para ela e para suas amigas.

Para a coleta de dados, foi criado um formulário para registro dos relatos dos participantes ao longo da dinâmica.

Os (as) participantes do estudo foram convidados (as) a definir cada uma das situações em até três palavras ou locuções adjetivas individualmente e registrar suas observações no formulário concomitantemente a apresentação das situações-problema.

Em seguida, os (as) participantes foram divididos aleatoriamente em salas individuais para refletir sobre as consequências e encaminhamentos pedagógicos que proporião para as situações apresentadas caso fossem professores. Cada participante do estudo ficou responsável por uma situação e por comentar uma proposta de outro (a) participante. Nesta etapa, foram instruídos a registrar suas observações no formulário antes de serem compartilhadas com os (as) demais participantes da dinâmica.

A análise dos registros foi dividida em dois eixos: enfoque nas mediações usando o quadro misto proposto por Dantas, unindo mediações e fatores de mediação e enfoque nas propostas analisando conformidade com os encaminhamentos dispostos nos estudos de casos e materiais adjacentes disponíveis pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

O quadro misto Orozco Gómez e Araújo proposto por Dantas (2018), como exposto na Quadro 01 a seguir, foi utilizado para análise das definições e propostas apontadas pelos (as) participantes.

Figura 1 – Quadro misto Araújo e Orozco proposto por Dantas (2018)

| Mediação | Fatores de mediação |
|--|---|
| Individual | Motivações e interesses Pessoais Coletivos Comunitários Institucionais |
| Contextual | |
| Institucional | |
| Referência Idade Gênero Outras variáveis | Relações Pessoais e comunitárias Institucionais e organizacionais |

Fonte: Dantas (2018)

Os interesses, expectativas e motivações correspondem às mediações pessoais, coletivas, institucionais, comunitárias enquanto as relações são pessoais e comunitárias, institucionais e organizacionais, relacionadas “às relações entre pessoas e grupos” (ARAÚJO, 2002 *apud* DANTAS, 2018, p. 126).

Esta pesquisa foi aprovada sob o parecer número CAAE 39678020.8.0000.5505.

Resultados e Discussão

Os sujeitos de análise

Quatro estudantes participaram do estudo. Duas se identificam com o gênero feminino, um com o gênero masculino, um como não binário, e todos são estudantes do curso de Ciências, que cursaram anteriormente a disciplina Gênero e Sexualidade, pressupondo que seriam capazes de compreender a complexidade das situações apresentadas pelos conteúdos propostos na disciplina.

A baixa adesão dos (as) licenciados (as) pode ser justificada por dois fatores: a temática, que não gerou o engajamento dos (as) estudantes; e, as condições de estudo que estudantes enfrentam durante a pandemia de COVID-19 desde o início do ano de 2020, o que implicou no

ensino remoto, em calendário rearranjados, dependência de ferramentas de acesso à internet para participação em atividades etc.

Cabe também mencionar o avanço dos discursos conservadores dentro da educação, intensificando a ideia de que a escola e seus profissionais agem como doutrinadores ao compartilharem suas perspectivas acerca do cenário político brasileiro atual e influenciando as práticas sociais dos estudantes. Como consequência, professores podem evitar discursos de ordem política buscando uma “neutralidade”, sugerida por projetos de leis como o Projeto Escola sem Partido ou o PL 1859/2015, que visam cercar as atividades desenvolvidas em sala de aula com intimações (BARROSO; DA SILVA, 2020).

A ausência de pessoas cisgênero e/ou heterossexuais na amostra populacional da pesquisa deve ser marcada também como parte da análise, pois, portanto, acabou restringindo a análise das percepções dos (as) participantes cujas identidade de gênero e sexualidade são consideradas não hegemônicas, muitas vezes já familiarizados (as) com as pautas de gênero e sexualidade.

Percepções & Mediações

Os resultados obtidos foram avaliados, primeiramente, quanto à percepção dos (as) estudantes com base nas mediações que compõem seu discurso. Embora saiba-se que a categorização das mediações acaba por reduzir sua complexidade, as mediações são representadas na discussão identificadas conforme a ordem do comentário do participante ou da participante ou seu nome.

Para análise das mediações que compõem a percepção dos (as) participantes, o quadro misto foi utilizado para configuração resumida.

O discurso a ser considerado é composto tanto pelo primeiro momento, quando os estudantes foram convidados a definir as situações usando o formulário (Quadro 2), quanto pelo segundo momento, em que estudante foram convidados a compartilhar com colegas as suas observações, possíveis consequências e encaminhamentos que proporião para cada situação.

Quadro 2 – Definição de cada uma das situações em até três palavras ou locuções adjetivas

| | | | | |
|--|---------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|
| | Barbara, mulher cis, bissexual | Ariel, pessoa não binária sem | Ana, mulher cis bissexual | Vicente, homem trans bissexual |
|--|---------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|

| | | definição de sexualidade | | |
|------------|---|--|--|---|
| Situação 1 | Homofobia, invasivo e exposição | Medo, angústia e preocupação | Preconceito, garoto mal resolvido, egoísmo | Triste, preconceituosa e (infelizmente) comum |
| Situação 2 | Transfóbica, conservadora e Desconsideração | Desinformação, inclusão e direito | Raiva, incapacidade e descrença | Angustiante, transfobia e crime |
| Situação 3 | Machismo, apropriação e estereotipação | Sexismo, machismo e diminuição | Frequente no cotidiano, esperável e impotência | Machismo, injustiça e ignorância |
| Situação 4 | Objetificação, ofensivo e abuso | Repulsa, empatia pelas alunas e descrença pelos alunos | Machismo, apoio e exposição | Machismo, constrangedor e imaturo |

Fonte: Elaboração própria (2021)

Situação 1:

Nota-se que para Barbara, o fator de motivação é pessoal e remete ao coletivo, sua mediação é individual. Ao caracterizar emoções que o (a) participante identifica em si ao ler a situação, como a observada em Ariel, destaca-se a mediação individual com fatores de motivação e interesse pessoais.

A interpretação do conceito de homofobia citada por Barbara é dado por Junqueira (2010), justificando a identificação, para este artigo, como termo guarda-chuva para bifobia e lesbofobia:

O termo “homofobia” tem sido empregado em referência a um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a “homossexuais”. No entanto, prefiro com ele referir-me a um conjunto de crenças e a mecanismos urdidos pela heteronormatividade que atentam contra as expressões sexuais e de gênero que não se enquadram nas “normas de gênero” e na seqüência sexo-gênero-sexualidade (BUTLER, 2003). (p.124).

Percebe-se fatores de mediação pessoal quando Ana cita egoísmo e preconceito. A sua opinião sobre o comportamento de Rodrigo, a quem ela denomina de “garoto mal resolvido”, marcou seu descontentamento com a situação.

A mediação presente nas definições de Vicente pode ser interpretada como individual de motivação pessoal e coletiva, já que ele associa o preconceito a um lugar comum, já aceito na estrutura da sociedade. Mediações de referência (orientação sexual) podem ser associadas às participantes Barbara e Ana na composição de suas percepções sobre a situação 1, nessa etapa.

Ao serem sorteados aleatoriamente para comentar as consequências e propostas de encaminhamento pedagógicos, Ana e Vicente ficaram responsáveis pela situação 1. Os comentários foram feitos na terceira etapa da dinâmica, momento gravado e transcrito para análise. Desta transcrição, foram destacadas falas que pudessem ajudar a entender o processo que produz significado (mediação), e estas estão representadas com o uso de aspas e itálico.

Usando um fragmento da fala de Ana (“*Até porque é uma idade complicada, né? É uma idade em que a gente tá sendo desafiado, todo mundo passou por esses desafios da adolescência...*”), percebe-se a mediação contextual que compõe sua fala. A questão etária também é um importante tópico para construção do seu argumento, ou seja, a mediação contextual, portanto, se justifica pela especificação de contexto (idade) a que Ana referiu.

Em outro fragmento, a aluna disse que, ao propor estratégias pedagógicas de enfrentamento, focaria “*não só sobre sexualidade, que foi o caso exposto, mais sobre até essa revolta do menino, de ter exposto a menina, sabe? Só por gostar muito dela...*”.

A estudante enfatiza a ação do Rodrigo, que, para a licencianda, é motivada pela paixão do garoto. Assim, o fator passional se torna justificativa para algumas situações de violência, o que é uma confusão entre a lógica de amor romântico na cultura patriarcal. Segundo bell hooks, foram pensadoras feministas que se atentaram a como essa lógica serve “aos interesses de homens e mulheres patriarcais”, em que os papéis de gênero também estão atribuídos a lógica de dominação e submissão (2018, p.113).

Não foi possível identificar outra mediação ou fatores de mediação na fala de Vicente, que já não estivessem sido identificados no momento da definição.

Ao expor sua proposta, Ana pontuou que, como professores, o papel não pode ser restringido ao ensino de uma disciplina (“*apenas a Biologia em si, nesse caso, não é só a Ciência em si*”), mas também a formação cidadã desses estudantes – o que implica na compreensão de seus direitos e deveres. Este apontamento dialoga com a sua proposta de discussão sobre espaço pessoal e respeito.

Vicente, por sua vez, sugeriu o uso de mídias para apontar a representatividade de pessoas LGBTQIA+, o que pode significar a produção da subjetividade da existência de pessoas LGBTQIA+, embora não necessariamente elas sejam reconhecidas em seu cotidiano, e, por consequência, a não naturalização do isolamento e a normalização da diversidade.

Nas propostas descritas nos estudos de caso de Paraná (2015), no que tange a violação da expressão do direito de livre expressão da orientação sexual e exposição:

Tendo em vista o respeito à privacidade das alunas e antes que o fato extrapole o ambiente escolar sugere-se que a equipe pedagógica da Escola dialogue com as meninas e com os meninos separadamente alertando-as/os (...) destacando as responsabilidades implicadas nos seus atos. É importante acolher as meninas, escutá-las e garantir a sua integridade e permanência na Escola (p. 15).

Foi apontado também nos encaminhamentos da referência citada a necessidade de evitar a exposição pública das estudantes envolvidas na situação, preservando sua privacidade, além da promoção de ações que instruem sobre o direito à liberdade de expressão da orientação sexual dos sujeitos e, como a situação aborda também a divulgação sem autorização das envolvidas, a importância de “alertar sobre os riscos de superexposição nas redes sociais e outros veículos da internet” (Ibidem, p. 10), usando ações contínuas que podem envolver aulas, oficinas, rodas de conversa, mobilizações com os grêmios estudantis, filmes, debates, atividades culturais (PARANÁ, 2015, p. 15).

Situação 2:

As definições de Ariel e Vicente expressam mediação de referência (gênero) com fatores de mediação de motivações pessoais e coletivos. Ambos revelam sentimentos negativos sobre as situações, como raiva e angústia. Ana e Ariel associaram a situação à desinformação e incapacidade de administrar o problema por parte do professor, enquanto Bárbara associou o comportamento à falta de consideração e uma postura conservadora. As demais definições expressam mediação individual.

Vicente e Bárbara, ainda, em sua descrição, associaram a situação 2 diretamente a transfobia enquanto crime, referindo-se então a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) No 26 e o Mandado de Injunção (MI) 4733, que reconheceu a LGBTfobia, portanto, lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia, enquanto crime, em 2019.

Apesar de ser crime, a transfobia e o cissexismo institucional tratam de uma violência generalizada, estrutural e cultural que atravessa diferentes contextos, como a escola, família, instituições religiosas, entre outras (ZERBINATI; BRUNS, 2019).

Ao serem sorteados aleatoriamente para comentar as consequências e propostas de encaminhamento pedagógicos, Vicente e Ariel ficaram responsáveis pela situação 2. Em ambas as falas, os participantes ressaltaram a questão legal envolvida no caso, porém não foram identificados trechos que expressam outras mediações em suas percepções sobre a situação.

O primeiro ponto, anunciado por Vicente, como proposta, foi uma discussão envolvendo todo o corpo docente e discente, porque *“talvez não seja só pelo professor que ele (o aluno) sofre esse tipo de preconceito”*. Destaca-se aqui que, ao comentar a proposta de Vicente, Ariel pontuou também que o comportamento do professor poderia estimular a reprodução de comportamentos transfóbicos por outros alunos.

A fala de Ariel dialoga com o apontado por Adorno (1995, p. 104 *apud* SOUZA, 2012, p. 27):

A imagem do professor sendo aquele que é fisicamente mais forte e que castiga o mais fraco também afeta a vantagem do saber do professor frente ao saber de seus alunos, que ele utiliza sem ter direito para tanto, uma vez que a vantagem é indissociável de sua função, ao mesmo tempo em que sempre lhe confere uma autoridade de que dificilmente consegue abrir mão.

As consequências podem ir além dessa dinâmica em que o discurso do docente poderia potencializar a reprodução de violências. Souza (2012), ao citar Adorno, prossegue seu argumento indicando que essa dinâmica de poder reverbera a naturalização da violência pois, na reprodução da violência, o indivíduo vitimizado pode não se opor ao agressor, considerando a situação normal e inevitável.

Por fim, as ações propostas na dinâmica seguiram o mesmo caminho proposto pela referência, visando ações preventivas. Entre os encontros mencionados na referência, tem-

se a necessidade de uma postura firme de coibição de manifestações de preconceito e discriminação e a organização de debates sobre “experiências da travestilidade e transexualidade na escola”. E, em caso de persistência, deve ser feita a orientação do estudante (ou da estudante, em outras condições) e sua família “sobre as hipóteses de cometimento de ato infracional e a possibilidade de responsabilização dos agressores, na esfera civil e criminal, em razão do uso de palavras e/ou da prática de atos discriminatórios”. Para violências infligidas por professores, uma vez que as demais estratégias não funcionam, a escola deve acionar os meios legais administrativos como Ouvidoria (PARANÁ, 2017, p. 5-6).

Situação 3:

Na divisão aleatória, os participantes responsáveis pelo comentário das consequências e propostas de encaminhamento pedagógicos da situação 3 foram Ariel e Barbara.

Segundo Ariel,

(...). É uma situação delicada que, às vezes, a gente, enquanto adolescente, e eu lembro da minha época, por exemplo, a gente tem muita dificuldade de se sentir acolhido, né? E aí, por ser uma situação estrutural, que a gente sabe que acontece em todos os ambientes que a gente frequenta, seja na escola, no trabalho... É a forma como a gente foi ensinado, né, a reproduzir esse machismo!?

O (a) participante relacionou a situação 3, e as propostas de enfrentamento desta, com a presença do machismo dentro de ambientes escolares e ambientes de trabalho, associando o comportamento dos estudantes a um núcleo. Ao citar a questão da idade, assim com Ana fez em outro momento, o (a) estudante expressa mediação contextual, em que a idade dos sujeitos participantes da situação se torna um ponto importante para a constituição da sua percepção sobre esta.

Foram expressas mediação individual e contextual com fatores de mediação pessoal, coletiva e institucional. O (a) estudante não relacionou o evento no primeiro momento a machismo, mas em sua fala demonstrou a associação da situação 3 ao machismo estrutural.

Saffioti (2011), ao falar sobre machismo, uma expressão do sexismo, afirma que esse reflete uma dinâmica de poder que entrava na posição das mulheres. O patriarcado “serve a interesses dos grupos/classes dominantes” (p. 123), fazendo do sexismo algo além de um

preconceito, mas uma norma em que aquele que se beneficia dessa narrativa tem poder sobre aquele a quem a situação vitimiza.

Da fala de Bárbara, o fragmento destacado que infere mediação de referência (gênero) por parte da aluna é:

(...) é muito complicado mesmo, porque é uma coisa que a gente vive o tempo todo e a gente é silenciado, e a gente briga. E a gente fala e as pessoas “nossa, para de se vitimizar” e é o tempo todo homem falando e sendo ouvido e a gente fala a mesma coisa, e é ignorada.

Os fatores de mediação são de interesse e de motivação pessoal e coletiva. Em outro momento, a aluna cita que a necessidade de “*quebrar cada dia, o tempo todo esse machismo estrutural que tá na nossa sociedade*”. Os fatores de motivação identificados na fala são pessoais e coletivos. Como a licencianda usa “*a gente*”, incluindo-se na fala e em sua análise, a mediação identificada foi de referência (gênero).

As outras definições apresentadas pelos participantes expressam mediação individual e fatores de motivação pessoal e coletiva.

Nas propostas da situação 3, os licenciandos e licenciandas que se pronunciaram pontuaram que era uma situação delicada e difícil de se propor estratégias, pois o machismo atravessava todos os contextos. Como estratégia de encaminhamento pedagógico, sugeriu-se o acolhimento e escuta da situação da aluna vitimizada, envolvimento de toda a comunidade escolar para um trabalho contínuo e proposta de atividades de pesquisa de grupos de estudo, pesquisa ou extensão femininos e a presença de mulheres na ciência.

Foi mencionado, em uma das falas, a necessidade de “*preparar muito bem a aluna, porque no mercado de trabalho pode ser do mesmo jeito*”, o que dialoga com a estratégia de solicitar a pesquisa de grupos de extensão focado em mulheres na ciência e tecnologia, pois permite que as alunas criem uma rede de apoio e identificação ao se deparar com a representatividade de figuras femininas em sua área.

Ariel, ao explicar suas propostas, pontuou que a postura do professor ou professora nesse momento deve ser aberta para entender a situação da aluna e contexto (tanto da turma como da escola).

Nos estudos de casos dispostos em Paraná (2015) são apontados que, durante a manifestação de violência de gênero e/ou simbólica no cotidiano do professor, é importante que o educador tenha uma postura mediadora de conflito, ouvindo ambas as partes e, se capacitado, abordando o contexto histórico e social dos direitos de mulheres na atualidade. A equipe pedagógica deve ser envolvida, caso a situação não seja administrável apenas com o (a) professor (a). O envolvimento de toda a comunidade escolar também é proposto nos encaminhamentos pedagógicos expostos na referência por meio de ações “que eduquem em Direitos Humanos, como o respeito ao outro, considerando o princípio de alteridade”, sendo que estas ações deverão ter seu desenvolvimento em conjunto “às instâncias colegiadas destacando seu papel frente à prevenção das violações da dignidade humana daqueles que convivem no espaço escolar” (p. 11).

Situação 4:

Os participantes Bárbara, Ana e Vicente associaram diretamente os acontecimentos da situação-problema ao machismo e as consequências de uma sociedade atravessada pelo patriarcado. Essa inferência cita conceitos, além do próprio machismo, como objetificação do corpo da mulher, constrangimento que as garotas expostas podem passar e a necessidade de oferecer apoio aqueles que passam por essa situação.

Vicente, em sua definição, usa a palavra imaturo, significado de que não amadureceu, que não demonstra estado, estrutura ou condição de adulto, o que pode ser interpretado como um apontamento para o contexto etário exposto na situação 4, pois são adolescentes do ensino médio, marcando uma mediação contextual.

É possível admitir que todos os participantes demonstraram sentimentos negativos sobre a situação e se solidarizaram. Nos comentários de Ariel, a mediação expressada é individual e os fatores de mediação são pessoais e coletivos.

Pela ordem sorteada, as responsáveis por comentar consequências e propostas de encaminhamentos pedagógicos da situação 4 foram Bárbara e Ana.

No comentário tecido por Bárbara, os pontos abordados reforçaram a identificação de fatores coletivos para composição de sua percepção e a mediação de referência, citando uma situação parecida com a exposta na dinâmica por ela vivenciada. A fala de Ana, por sua vez,

demonstrou uma mediação contextual (idade) quando considera: “(...) *Eu acho que quando a gente trata de estudantes menores de idade, né, a coisa é ainda mais delicada*”.

Embora a situação-problema criada não tenha especificado o conteúdo divulgado, as alunas apontaram a questão de ser um caso de exposição e, portanto, um caso judicial, o que demonstra a compreensão das estudantes sobre a gravidade da situação. Barbara, no comentário “*expor você, expor conteúdos sexuais ou qualquer tipo de conteúdo sobre a vida de uma pessoa sem o consentimento dela é crime*”, tange em um ponto importante a ser mencionado, pois, o Art. 218-C. do Código Penal Brasileiro afirmar que se constitui crime contra vulnerável:

Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - **inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática** -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, **sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia**: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018). (**grifo nosso**)

Para conclusão, da mesma forma que ocorre com o estudo de Dantas (2018), todas as mediações aqui apresentadas são individuais, pois se originam da individualidade de cada sujeito e pela forma como suas relações se dão. A produção dos seus sentidos e percepções está associada à sua individualidade.

Não foram atribuídos aos discursos proferidos para o grupo fatores de mediação de relações pessoais ou institucionais, pois os estudantes são todos do mesmo curso e se encontram em formação. Os comentários se basearam em suas vivências e aprendizados e não houve margem para interpretação de influência pelos comentários de terceiros, porém é importante frisar que os momentos coletivos podem ser marcados pelos fatores de mediação de relações pessoais, grupais e comunitárias, o que significa que a presença de outras pessoas quando o discurso é proferido pode influenciar o que é dito.

Em síntese, observou-se, na busca por entender as percepções das licenciandas e licenciandos, um discurso homogêneo de reprovação das situações de violência, embora o termo “violência” não tenha sido mencionado em nenhuma etapa pelos (as) participantes. As situações que envolvem machismo são tratadas em sua maioria da perspectiva de uma cultura patriarcal, e os (as) participantes demonstraram insatisfação por se tratar de uma condição estrutural.

Os apontamentos que envolvem fatores de motivação institucional, como a forma da sociedade reproduzir, em espaços como a escola, o machismo, demonstram a postura vigilante dos educadores, porém não foram reveladas mediações institucionais.

A identificação de mediações individuais e de referência está relacionada ao contingente de 50% das participantes do gênero feminino cujas situações de discriminação e violência de gênero tratadas atingem de forma expressiva. No entanto, mais do que isso, devemos nos atentar, e reconhecer como justificativa para a alta identificação dessas, a presença de participantes cujas identidades de gênero e/ou orientação sexual são consideradas não hegemônicas e não cisheteronormativas.

A situação 4 foi a situação que gerou maior engajamento e, por consequência, mais propostas. Todos os (as) licenciandos (as) comentaram a situação e trouxeram propostas, embora tenha sido pontuada a delicadeza da situação.

Os encaminhamentos para a situação 4 possuem pontos em comum com os expostos no estudo de caso de exposição. As sugestões de encaminhamentos pedagógicos orientam, além de ações de formação contínua e preventiva acerca da exposição e compreensão das desigualdades de gênero, comunicar a família assim como o foi proposto durante a dinâmica. É importante pontuar que, para todas as situações que implicarem nessa ação, deve haver diálogo prévio com os (as) estudantes envolvidos (as) para discutir a melhor abordagem para com os pais e/ou responsáveis e organização de registros sobre a situação (PARANÁ, 2015).

Para concluir, entre os enfrentamentos mencionados, tem-se orientações de enfoque nas questões pedagógicas e evitar exposição das (os) adolescentes a situações constrangedoras, garantindo sua privacidade e integridade física.

Em suma, todos (as) estudantes participantes se mostraram ativos em propor estratégias de enfrentamento das situações de violência e, suas posturas foram condizentes, embora, enquanto narravam suas propostas, em dois momentos, algumas falas demonstrarem inseguranças (“eu não saberia como fazer” e “eu não sei como eu poderia abordar isso”).

A postura pragmática dos (as) participantes pode ser justificada justamente pelo público-alvo serem alunos aprovados na disciplina Gênero e Sexualidade, ou seja, estudantes já familiarizados com o papel da Escola nas discussões sobre gênero e sexualidade, história da educação em sexualidade no Brasil e o papel do professor no enfrentamento do *bullying*.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho, a análise das percepções se baseou na teoria de múltiplas mediações e nos fatores de mediação, que foram interseccionados por Dantas (2018). As percepções dos (as) estudantes foram compostas por mediações múltiplas, e os fatores de mediação nortearam e esclareceram essa análise.

As percepções dos (as) participantes são atuais em relação aos conceitos de gênero e sexualidade. A maioria das mediações identificadas são individuais e não foram identificadas mediações institucionais. Quanto às mediações de referência, foram reconhecidas por autoidentificação e por falas que relatam vivências similares às descritas nas situações-problema. Os fatores de mediação que, em sua maioria, foram observados são de ordem pessoal e coletiva e ajudaram a identificar as mediações individuais.

No eixo de análise das propostas, os encaminhamentos se direcionam ao coletivo, promovendo discussões e, em linhas gerais, em conformidade com o referencial teórico, pontuando a necessidade de uma postura mediadora dos profissionais que atuam na escola, já que as situações de violência de gênero e por orientação sexual exploradas foram associadas pelos (as) estudantes a um problema estrutural que invade a escola, imersa em uma cultura cisheterossexista.

Foi mostrado pelos e pelas estudantes participantes capacidade de propor interferências nas dinâmicas de poder instituídas pelas situações elaboradas. Embora a escola seja um ambiente reconhecido pelo seu silenciamento, a postura dos (as) futuros (as) profissionais da educação se demonstrou pragmática, ou seja, ainda que não definam as situações como atos de violência, os (as) profissionais (as) reconhecem como parte do seu papel, como educadores (as), o acolhimento, o estabelecimento de diálogos e ações formadoras, não silenciando as situações de preconceito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. S. de. Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 165-178, 12 jan. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/mXPrpPYcQxGM CJZ3jN9CHGB/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

BABIUK, Graciele Alves; FACHINI, Flávia Granzotto; SANTOS, Gabriel Nappi. Violência de gênero nas escolas: implicações e estratégias de enfrentamento. In: EDUCERE, 11, 2013, Curitiba. *Congresso Nacional de Educação*. Curitiba: PUC do Paraná, 2013. p. 28591 - 28604. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/anais2013/pdf/9780_6604.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

BARROSO, Ramon Roberto de Jesus.; DA SILVA, Lana Claudia Macedo. Gênero e sexualidade na educação brasileira em tempos de movimento escola sem partido. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 427-451, jan/jun 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11160/7833>). Acesso em: 7 maio 2022.

BASTOS, Marco Toledo de Assis. Do sentido da mediação: as margens do pensamento de Jesús Martín-Barbero. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 15, n. 35, p. 86-89, 13 set. 2008. EDIPUCRS. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4096/3097>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BENEVIDES, Bruna (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, 2022. 144 p. 144 f. ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner, 10 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CONNELL, Rewynn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

DANTAS, Monica. *Mediações sobre gênero, sexualidade e violências: caminho metodológico para a elaboração de uma proposta de curso EaD no âmbito do Programa Saúde na Escola para o Plano Brasil sem Miséria*. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/CXNG2>. Acesso em: 10 jul. 2021

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 324 p.

HOOKS, bell. Amar novamente: o coração do feminismo. In: HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Cap. 17. p. 112-117.

JUNQUEIRA, Rogério Dinis. "A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!": estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. *Revista de Psicologia da Unesp*, Assis, v. 1, n. 9, p. 123-139, mar. 2010.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 1-13, jan. 2019. Anual. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LOURO, Guacira. Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições. 2008, vol.19, n.2, pp.17-23. ISSN 1980-6248.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. 184 p.

MATOS, Daniel Abud Seabra; JARDILINO, José Rubens Lima. Os Conceitos De Concepção, Percepção, Representação E Crença No Campo Educacional. *Educação & Formação*, [S.L.], v. 1, n. 3/, p. 20-31, 1 set. 2016. Educação e Formação. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/111/94>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: investigações em psicologia social. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Daniel Cavanese de *et al* (org.). Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Federal do Rio Grande do Sul. *Promotores e promotoras da saúde LGBT para profissionais no SUS*. Porto Alegre: UFRGS, 2018. 23 slides. ISBN 978-85-9489-144-0.

OROZCO, Gómes. Televidencias y mediaciones: la construcción de estrategias por la audiencia. In: SUNKEL, Guillermo. *El consumo cultural en América Latina: construcción teórica y líneas de investigación*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2006. p. 114-132.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. *Nome Social na Escola Travestis e Transexuais e o Direito à Educação: Perguntas e respostas*. Curitiba. 2017. Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual – CERGDS. Disponível em: <https://bityli.com/uSoPA>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação do Paraná. *Estudos de caso: violência de gênero*. Curitiba. 2015. Formação em ação. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/2semestre_2015/estudos_de_caso_fa_dedi_genero.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021

REIS, Toni; HARRAD, David; KOSCIW, Joseph (org.). *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba, 2016. 88 p.

XXXX. Nursing Care for the transgender population: genders from the perspective of professional practice. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.L.], v. 72, n. 1, p. 299-306, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 152 p.

SANTOS, Maria Salett Tauk; NASCIMENTO, Maria Rocha. Desvendando o mapa noturno: análise da perspectiva das mediações nos estudos de recepção. *Novos Olhares*, São Paulo. n. 5, jan./jul. 2000.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos Olhares*, São Paulo, n. 2, p. 37-49, 22 set. 2012. Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51315>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SOUZA, Liliane Pereira de. de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. *Labor*, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 20-34, 08 jul. 2012. Disponível em: <https://bityli.com/1eKRi>. Acesso em: 01 jul. 2021.

VON SMIGAY, Karin Ellen. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002.

WHO (World Health Organization). Switzerland. *Preventing youth violence: an overview of the evidence*. Geneva: Who, 2015. 144 p. 100 f. Disponível em: <https://shre.ink/mykY>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência. *Revista Periodicus*, Salvador, p. 195-216, 08 nov. 19. ISSN: 2358-0844. Disponível em: <https://shre.ink/myk4>. Acesso em: 01 jul. 2021.